



Participantes: lista de presença anexa

Assunto: 37ª Reunião do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas (FMCBH)

Local: Auditório da FIEMG
Auditório do SISEMA

Data: 25/02/2015
26/02/2015

Início: 09h00
09h00

Término: 17h00
17h00

ASSUNTOS TRATADOS

Dia 25/02/2015 – quarta feira

Manhã

09:00 – Abertura – Coordenação do FMCBH; Dr. Luiz Sávio de Souza Cruz, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Dra. Marília Carvalho de Melo – Secretária Adjunta.

09:30 – Informes da Coordenação do FMCBH, FNCBH;

10:00 – Regimento interno do FMCBH – Análise da versão final e aprovação;

10:30 – Apresentação dos Fóruns Regionais de Governo – Dr. Fernando Tadeu David – Secretaria de Estado do Governo;

12:00 – Almoço

Tarde

13:30 – Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 2257- 31/12/2014 (solicitação do CBH Araguari).

14:30 – Apresentação IGAM: Termo de Referência para celebração de Termo de Parceria com OSCIP, visando a estruturação física e operacional de Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado de Minas Gerais.

15:30 – Situação do Projeto de Lei que estabelece o percentual de no mínimo 10% anual do FHIDRO – IGAM – situação atual.

15:30 – Discussão do Decreto nº 46.711 – Força Tarefa.

17:00 – Encerramento.

Dia 26/02/2015 – quinta feira

Manhã

09:00 – Abertura – Coordenação do FMCBH; Dra. Marília Carvalho de Melo – Secretária Adjunta.

09:30 – Apresentação IGAM: Plano Emergencial de Controle de Quantidade e Qualidade de Recursos Hídricos.

10:30 – Termo de Cooperação Técnica – HIDROEX, IGAM e FMCBH- situação atual.

12:00 – Almoço

Tarde

13:30 – Apresentação ECOTECA Digital – Instituto Terra Brasilis.

14:30 – Espaço dos Comitês – DN 41 – CBH Urucuia – Situação do Convênio – FHIDRO – IGAM.

16:30 – Apresentação de moções e encaminhamentos.

17:00 – Encerramento.

Dia 25/02/2015

Composição da mesa: *Hideraldo Buch, Alice, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Luiz Sávio de Souza Cruz, Secretária Adjunta Marília Melo, Diretor de Meio Ambiente da COPASA – Bruno do Carmo Silva, Gerente de Meio ambiente da FIEMG – Wagner Soares Costa.*

Presença do Vereador da Câmara Municipal de Três Marias- Adenilson Rubin e da Assessora da Câmara Municipal de Três Marias, Daiane Santana de Oliveira Lima.

Manhã

Hideraldo Buch inicia a reunião agradecendo à FIEMG por disponibilizar o espaço. Todos os presentes se apresentam. Buch passa a palavra para o Secretário Luiz Sávio.

O Secretário Luiz Sávio fala sobre as crises pelas quais Minas Gerais passa: financeira, de valores e de estruturação, que torna o desafio de assumir o cargo sem segurança de se alcançar um “bom porto”, mas é dever alcançar. Junto com a crise do SISEMA (crise de perda de pessoal, perda de respeitabilidade, perda de motivação, perda de elo com a atividade fim, que é a melhoria da qualidade ambiental), a secretaria foi reduzida ao licenciamento ambiental, o que se faz, ainda, sem planejamento adequado. A crise orçamentária do Estado e da Secretaria torna o desafio ainda pior e, junto a isso, observa-se uma crise hídrica conjugada com uma crise no setor de saneamento. Ele cita suas atuações no Estado. Compara o setor de meio ambiente atual com o da época em que Itamar Franco estava na gestão no Estado, da diferença no número de servidores na área de meio ambiente. Falou sobre o corte de pessoal da MGS, que só podem continuar aqueles que estão nas áreas meio, resultando em um grande desfalque de técnicos, número que não se consegue repor com os concursos para analista ambiental. Comenta sobre o plano de carreira dos analistas, e considera que muitas vezes os candidatos selecionados no concurso são direcionados a áreas não respeitando sua área de formação nem considerando as necessidades das gerências, que necessitam de profissionais de áreas específicas. Fala sobre o salário dos analistas e da “operação padrão” que já dura quase 1 ano. Acredita que a gestão anterior não assumiu que havia problemas e, por isso, não os resolveu. O SISEMA chegou ao sucateamento porque não preocupou-se em resolver os problemas. Tem algumas ideias de como melhorar, mas nada que ainda tenha sido viabilizado. Afirma que o governador Fernando Pimentel está sensibilizado e entende que o sistema, com sua reestruturação, deve voltar a funcionar e que responder as demandas da sociedade é uma das principais prioridades no momento. Acredita que o Fórum pode ter uma participação muito importante na reconstrução da possibilidade de atuarem como agentes da melhoria da qualidade ambiental e preservação dos recursos naturais. Expõe que outro ponto que colaborou para o recrudescimento da operação padrão foi a suspensão do vale alimentação, que estava vinculado ao acordo de resultados da SEPLAG (meta = 100%). Diz contar com colaboração de todos para sair dessa situação e que ele estará disponível para aquilo que depender dele. Despede-se dos presentes devido a outros compromissos da agenda.

Hideraldo Buch lê o ofício de manifesto, referente à carta de intenção assinada pelo Governador em reunião com os representantes dos CBHs, para aprovação dos representantes dos comitês presentes na reunião. O ofício foi discutido na reunião da Coordenação do Fórum, no dia anterior.

Luiz Garcia sugere que todos os presidentes dos CBHs assinem o documento. Todos concordam.

Buch entrega o ofício de manifesto para a Marília entregar ao Sávio para ser encaminhado ao Governador, depois que os presidentes assinarem.

Brunno (diretor de meio ambiente da COPASA) lembra que a COPASA é uma economia mista (51% governo e 49% empresas privadas), dividida em um sistema ambiental interno, no qual trabalham para conseguir informações para contribuir com as diretorias operacionais e, do lado governamental, pensa no lado social do uso da água. Diz ser importante trabalhar com a preservação dos mananciais e que é necessário montar uma plataforma de planejamento junto ao governo para preservação dos recursos hídricos. Afirma que a COPASA o Estado e a FIEMG estão unindo forças para tratar e conhecer os indicadores para melhorar as eficiências e trabalharem juntos, para a boa distribuição, armazenagem e preservação do ambiente.

Marília Melo fala sobre a situação da Secretaria e sobre o orçamento disponível para 2015 para o IGAM. Diz ser uma situação crítica, que ainda passa pela avaliação do governo. Afirma que o Secretário a pediu para preparar 2 ofícios: um sobre o descontingenciamento do Fhídrico e o outro sobre o descontingenciamento do recurso da compensação, que foram enviados ao governador com cópia ao Secretário de Fazenda e de Planejamento. Além disso, cita a operação padrão afirmando que os trabalhos estão parados: licenciamentos ambientais, outorgas e autorizações para inspeção da vegetação. Acredita que a força política do Secretário Sávio ajudará na viabilização da melhoria do sistema.

Giacomine pede para inserir na pauta alguns minutos para apresentar um vídeo.

Gustavo Malaco considera, a respeito da fala do secretário sobre a conjuntura, que não se deve ser injusto ao falar de outra gestão, já que teve uma valorização do trabalho do setor de meio ambiente. Afirma que esse tipo de crise acontece em nível nacional, independente de partido. Sobre a carta enviada ao Governador Fernando Pimentel, ele concorda mas acha que precisa ser mais discutida antes da apresentação em plenária e que deve ser repassada aos comitês para contribuição, considerando que houve falha ao faltar algumas abordagens a temas importantes.

Marília apresenta o deputado estadual Iran Barbosa, que assume a presidência da Comissão das águas.

Iran se apresenta e diz que a Assembleia está levando o assunto da gestão de recursos hídricos a sério e que ele pretende acompanhar as discussões do Fórum, buscando aprendizado. Ele afirma que pretende, com a contribuição de cada um, apresentar medidas eficazes para o Parlamento sobre mudança de legislação, mudança no foco de fiscalização, estruturação de secretarias, institutos e fundações do Estado para um trabalho mais eficaz com relação às águas. Espera com a experiência de cada um conseguir elaborar soluções.

Carla Cristina fala sobre a importância da presença da Marília junto ao Secretário para a gestão das águas. Ela questiona sobre a previsão para as nomeações das diretorias, a fim de conhecer as ideias dos dirigentes, para conhecer quais são as prioridades do governo.

Marília responde dizendo que o Secretário está avaliando, e tem algumas indicações. Acredita que na próxima semana seja resolvido. Ele está compondo a equipe com muito cuidado e zelo devidos aos planos que ele tem para o SISEMA. Pretende trazer pessoas comprometidas com o tema meio ambiente.

Acácio considera que existe moção aprovada dizendo que a Comissão das Águas seria temporária e questiona o Deputado Iran sobre a possibilidade de se tornar permanente.

O Deputado Iran esclarece que é uma comissão de caráter extraordinário que terá duração de 4 anos, de acordo com o mandato. Não se tornou permanente porque a comissão está embutida na comissão de meio ambiente. O assunto se desmembrou pela proporção que tomou, para que a comissão de meio ambiente não falasse só de água e perdesse o seu foco. Ele afirma que a comissão quer trabalhar em nível amplo.

Hideraldo Buch sugere que a Comissão procure, primeiramente, os Comitês e não as prefeituras para desenvolver os trabalhos.

Marília ressalta a importância da fala do Gustavo e diz que o Sávio acredita na resolução dos problemas que envolvem o trabalho da Secretaria de Meio Ambiente. Acredita que ter um Secretário como o Sávio será muito importante, devido a sua força política, para fortalecer o SISEMA. Sobre a carta de intenção, ela reitera que não foi fechado nenhum comitê e não foi deixado de passar recurso a nenhum dos comitês. Acredita que as críticas são bem vindas desde que sejam baseadas em verdade. Ela informa que a SEGOV promove a Ação Água junto aos municípios e, em função da crise, a agenda está apertada e pediu para que o convite fosse transmitido a todos para participarem da agenda de trabalho, que acontecerá em 12 municípios.

Giacomine passa o vídeo sobre a conferência nacional de segurança hídrica que acontecerá em setembro, na qual Minas Gerais protagoniza a crise hídrica e onde os comitês terão seu espaço. Os trabalhos serão baseados em oficinas e simpósios, em parceria com faculdades, em busca de soluções e resultados.

Hideraldo Buch convida para compor a mesa Fernando Tadeu, da Secretaria de Governo, que apresentará os princípios dos Fóruns Regionais de Governo.

Tadeu afirma já ter ouvido falar bastante dos comitês, do funcionamento e objetivos. Ele diz que Fernando Pimentel deseja governar com a participação da população, estabelecendo um diálogo franco e sincero. Ele fala em criar territórios de desenvolvimento e democracia e, para isso, estão desenvolvendo uma proposta de nova divisão do Estado para essa gestão. Deseja-se adequar de forma transparente os novos territórios, que chegaram a 17 com a nova proposta. A proposta seria por decreto. Objetivo geral dos Fóruns Regionais é “fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo, buscando atuação conjunta entre o governo do estado e a sociedade civil para o aprofundamento da participação, incluindo todas as instituições, todos os órgãos, todos os movimentos sociais (organizados ou não organizados), pessoas individuais, sindicatos, os comitês de bacias, as comissões regionais”. O interesse é construir políticas públicas de Estado e não de governo. A princípio, o projeto não tem caráter deliberativo, mas propositivo e consultivo, trabalhar em conjunto com os comitês frente à crise na qual o Estado se encontra.

Marília agradece ao Tadeu, e diz acreditar que o projeto potencializa a questão da transversalidade das políticas públicas, da integração das áreas. O que está sendo pensado com a reestruturação regional consegue-se colocar em prática a integração.

Tereza Cristina questiona a possibilidade de essa divisão coincidir com os territórios dos comitês, já é consenso que são unidades de planejamento e, a maioria, já tem planos diretores que facilitem os trabalhos. Acredita que pode ser o momento de mostrar a importância dos comitês.

Sidnei lembra que a Comissão das Águas do mandato anterior era bastante presente, participava dos fóruns, apresentava avanços e dificuldades da Comissão, o que é muito significativo para a gestão dos recursos hídricos. Ele pede ao Deputado Iran que mantenha essa postura.

Hideraldo Buch informa sobre a importância da presença dos representantes dos CBHs na reunião com o Governador que acontecerá no dia 05/03/2015, às 10h30, para iniciarem o planejamento de recursos hídricos.

Tarde

Hideraldo Buch considera que foi discutido o Regimento Interno e o Colegiado achou melhor retirar o assunto do ponto de pauta. Eles acreditam que alguns pontos do regimento tiram a autonomia dos CBHs e do fórum, e vai contra a carta de princípios, criada em 2001 em Araguari, quando o Fórum foi criado. Entre outras coisas, percebeu-se também ele engessa algumas atitudes do fórum. O proposto é que se discuta mais profundamente o regimento, com um grupo que tenha maior participação dos comitês e do IGAM. Quando foi criado o fórum, o grande gargalo foi a autonomia governamental.

Alice faz algumas considerações: o comitê é ou não é órgão de Estado? Pois até então o presidente era nomeado pelo governador. O comitê vai ter independência maior ou estarão sempre vinculados ao governo? Até que ponto tem independência como comitê de bacia?

Felipe diz que, ao rever o novo formato do Fórum Mineiro proposto no regimento, percebeu que tem alguns pontos que engessam a direção e a conduta do Fórum Mineiro e outros pontos fogem do proposto na carta de princípios. Por isso foi pedido para retirar o assunto de pauta para melhor estudá-lo e, quem sabe, na próxima reunião colocar em plenária.

Sidnei diz que a atitude de tirar o tema da pauta reafirma o propósito de que não foi tomada nenhuma decisão arbitrária, só em nome da coordenação. Propõe criação de um grupo de trabalho para analisar e discutir as propostas do novo regimento interno para ser apresentado em Uberaba, na próxima reunião.

Hideraldo Buch diz que é importante discutir o regimento interno para que não prejudique o funcionamento dos comitês futuramente.

Breno acredita que a conceituação do fórum mineiro deve partir daquilo que os comitês esperam que o Fórum seja. Se falar que ele terá personalidade jurídica ele deixará de ser um órgão colegiado e passa a ser uma organização da sociedade civil. Segundo ele não existe problema nisso, mas todos precisam compreender que, uma vez assumida essa característica, ele deixa de ser um organismo congregador dos 36 comitês mineiros que representam as reuniões com objetivo exclusivo, como está previsto na carta de princípios. Ele passa a buscar e alcançar metas superiores, passa a querer trabalhos diferenciados onde ele vai captar recursos, gerir alguma parcela de patrimônio, buscar ações de conservação, preservação e melhoria do meio ambiente, então ele vai vocacionar sua atuação para um lado que hoje faz parte do que está dentro da carta de princípios que foi criada. Então, a construção do trabalho até hoje foi com base na carta de princípios e de como ela foi trazida, se há esse tipo de dúvida, com relação ao que se espera do fórum daqui pra frente, é melhor que analisem e discutam para que possam tomar a decisão depois. O desejo de que essa discussão fosse concluída, partiu da necessidade do reconhecimento formal do fórum mineiro de comitês para que o Estado tenha condições de fazer o seu papel de fomentador, estruturador e organizador dos trabalhos. Ele acrescenta que, se o fórum for caracterizado como uma entidade da sociedade civil, não se pode colocar recurso público para sustentar, porque ela é uma entidade equiparada a associações. Deve-se compreender o dito para avançar no assunto. Mas a autonomia para decidir é do Fórum.

Felipe pede como encaminhamento a presença do Apólo e do Mário Dantas, para esclarecerem assuntos tratados na carta de princípios e sobre a criação do fórum.

Aurélio sugere como encaminhamento, que duas pessoas do grupo de trabalho se manifeste, para expor as duas maneiras de funcionamento existentes. Assim, facilitaria a escolha já que a questão é muito conceitual.

Breno diz que na última reunião foi apresentada uma concepção da ideia de como desenvolver um projeto para dar estruturação aos comitês de forma mais longa e segura. Foi desenvolvido o projeto que traz proposta de como o IGAM enxerga a forma adequada de estruturar e garantir a manutenção dos comitês.

Lilian diz que o apoio aos comitês está previsto como um das funções delegadas ao IGAM, e tem-se buscado isso com

base em várias ações empreendidas na tentativa de estruturá-los. Esse projeto diz respeito à parceria com as OSCIPs para a execução de uma política pública de apoio aos CBHs de Minas Gerais. Ela fala sobre a missão do IGAM, princípios, competências (lei 3199). Além disso, lembra algumas ações que foram realizadas buscando a estruturação efetiva dos comitês (termo de permissão de uso, celebração de termo de cooperação, contrato com MGS para prestar serviço administrativo, suporte as reuniões, criação e gestão do portal dos comitês, gestão da rede mineira de bacias, celebração e gestão de convênios, cursos EaD e capacitação de convênios, auxiliares administrativos e outros demandados pelos CBHs). Em sua apresentação, mostra a evolução dos repasses dos recursos, corroborando com a informação prestada pela Secretária Adjunta Marília Melo, as principais dificuldades e limitações encontradas ao longo das celebrações de convênio, consequências dessas limitações, situação atual dos convênios e cobranças, principais desafios para manter o apoio. Expôs o objetivo geral do termo de referência preparado para o concurso do projeto de OSCIP, objetivos específicos, justificativa, desenvolvimento, informa que, para aqueles que tem cobrança, o projeto não se aplica, já o recuso será repassado para a agência conforme rege o decreto 45.230. Haverá avaliação das Oscips pelos comitês e pelo IGAM.

Lilian apresenta os servidores da GECBH, que prestarão suporte técnico e administrativo aos CBHs, de acordo com a reorganização feita na gerência e em consonância com o Plano Estadual de Recursos Hídricos, através das RGs e UEGs (Regiões de Gestão e Unidades Estratégicas de Gestão):

Rodrigo Cevidanes– Adensamento Controlado

Lara Fonseca– Núcleo Expandido da Região Metropolitana

Tayná Uber – Potencial de Desenvolvimento Urbano Industrial

Jeane Maia – Potencial de Expansão de Cana-de-açúcar

Regina Cintra – Potencial de Exploração Mineral

Amaziles Pires – Nuclearização Urbana

Raphael Castro da SEPLAG apresenta informações contidas na proposta do projeto de OSCIPs para que todos conheçam quais são os processos inerentes a essa parceria. Destaca que o termo de parceria é muito diferente do convênio, sendo regido por uma legislação diferente. Ele diz que quando fala de OSCIP, são consideradas as entidades sem fins lucrativos que lidam com interesse público. O termo de parceria é um contrato que permite maior eficiência na execução de políticas públicas, pois estão mais próximas da sociedade e sugere compartilhamento de responsabilidade sobre estas políticas. O termo é regido pela lei 14.870/2003 e pelo decreto 46.020/2012. Sobre a qualificação como OSCIP, ele afirma que é um ato vinculado, ou seja, se a entidade atende aos critérios da legislação ela é qualificada. É preciso confirmar que ela atua em uma das áreas relacionadas por no mínimo 2 anos, tem que ter um estatuto adequado ao disposto na legislação e, para complementar sua qualificação, são solicitados certificados legais de regularidade. Ele afirma que o modelo foca nos resultados. Os termos de parceria criam a possibilidade de participação civil. As OSCIPs são entidades privadas e, por isso, tem possibilidade de executar as atividades com mais agilidade e flexibilidade. Ele explica quais são os objetivos a alcançar que foram expostos no termo de referência. Termo de parceria é um instrumento jurídico que vai firmar parceria entre o órgão público e a entidade sem fins lucrativos visando executar determinada política pública para alcançar determinados resultados. O processo começa pela realização de concurso de projetos. Embora seja uma política pública do IGAM com interveniência da SEPLAG, no momento da avaliação o conselho estadual, comitês, especialistas, podem opinar sobre os resultados. Ele fala sobre as áreas nas quais a OSCIP pode se qualificar. Foi apresentado pela SEPLAG um estudo de viabilidade para confirmar se os objetivos do projeto são realizáveis. Apresenta, ainda, a evolução dos termos de parceria já firmados com OSCIPs.

Em resposta a dúvidas sobre o projeto, Breno afirma que a ideia é sair do modelo atual, sem eficiência, com uma série de dificuldades administrativas para entrar nesse novo modelo que tem como objetivo macro assegurar o funcionamento do comitê com um pacote básico para sua estruturação. A ideia é trabalhar no plano de trabalho regionalizado assegurando o funcionamento pleno do comitê. Acredita ser uma proposta que traz segurança aos comitês nos quais não há cobrança. A ideia inicial é começar pelos comitês que estão sem convênio. O projeto deve ser executado no 2º semestre do ano.

Raphael acredita que o tempo gasto pelo IGAM e pelos Comitês nas prestações de contas será minimizado com a adoção desse novo modelo.

Breno se compromete a enviar o modelo de deliberação, com prazo de retorno, para que os comitês analisem, deem sugestões e aprovem ou não. Reforça que a intenção é trabalhar para que se garanta a manutenção dos comitês.

Em seguida, foi iniciada a discussão sobre a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 2257- 31/12/2014 (solicitação do CBH Araguari) e discussão sobre o Decreto nº 46.711 (Força Tarefa).

Buch encerra a reunião.

Dia 26/02/2015

Manhã

Composição da mesa: Hideraldo Buch, Breno Lasmar, Alice Godinho

Buch realiza a abertura do fórum apresentando os informes gerais sobre o ENCOB (data prevista, grade do evento, marcha pelas águas, cursos, oficinas, visitas técnicas). O tema trouxe discussões gerais, inclusive no que tange à real eficiência/qualidade técnica do evento. A conselheira D. Alice (CBH Mucuri) questionou se foi discutido no colegiado coordenador algo a respeito dos cursos oferecidos no ENCOB. Afirmou que os comitês nunca são consultados sobre o tipo de cursos que eles necessitam e ressaltou, ainda, que alguns cursos são de péssima qualidade. Quanto aos CBHs não serem questionados sobre os cursos de seus interesses, um conselheiro replicou que no ano passado, nas reuniões de seguimentos, a coordenação nacional solicitou que todos os segmentos sugerissem, não só os minicursos, mas também as conferências. Buch concordou que a solicitação ocorreu. Por fim, Buch lembrou que na próxima reunião do colegiado ocorrerá o lançamento nacional do ENCOB e que haverá o encaminhamento aos CBHs solicitação para que sejam encaminhadas as sugestões de cursos.

Ainda no que tange aos questionários sobre a qualidade do evento, o conselheiro Silvio (CBH Araguari) ressaltou que tem participado dos últimos ENCOBs (Maceió e Porto Alegre) e percebeu que os encontros nacionais tem sido grandes reuniões festivas, tendo em vista que a qualidade técnica dos eventos deixa a desejar. Acrescentou que o formato do evento é longo demais, tendo muita discussão e pouco resultado prático. Questionou o porque de o evento ocorrer no período da manhã, tarde e noite, se os participantes não estão presentes nos três períodos, e ainda, o porque de o evento ser tão longo (8 dias), sugerindo ações mais objetivas. Manifestou que uma reunião deste tipo, trazendo técnicos do Brasil inteiro, deve trazer assuntos novos e pertinentes aos CBHs e sobre as necessidades de atuação política dos mesmos. Falou, ainda, da inadequação ao público alvo de alguns cursos oferecidos no evento e concluiu propondo a reflexão de que produtos/resultados foram levados para os CBHs após os últimos ENCOBs. Buch solicitou ao conselheiro Silvio que redigisse as considerações para serem levadas para o colegiado. Silvio registrou que este encaminhamento já foi feito no ENCOB, mas que irá reiterá-lo.

Houve, com a participação de diversos conselheiros e servidores do Igam, discussão e esclarecimentos sobre o Decreto 46.711/2015, que instituiu força-tarefa com a finalidade de planejar e articular as ações setoriais a cargo do estado voltadas ao gerenciamento dos recursos hídricos. A composição da referida força tarefa se dá pelos seguintes órgãos e entidades:

- Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG (coordenação);
- Secretaria de Estado de Governo – SEGOV;
- Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais – SECCRI;
- Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – SETOP;
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – SEDRU;
- Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais – SEDINOR;
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD;
- Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA;
- Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA MG;
- Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em águas – HIDROEx;
- Instituto Mineiro de Gestão das águas – IGAM;
- Fundação Rural Mineira – RURALMINAS;
- Gabinete Militar do Governador do Estado de Minas Gerais – GMG

A principal questão levantada foi a insatisfação dos CBHs frente sua ausência na estrutura/formação da referida comissão. Houve esclarecimentos por parte do Igam e questões complementares afetas ao tema, e o debate sobre o assunto foi finalizado com votação, entre duas propostas:

Proposta 1: CBHs devem integrar a força tarefa (14 CBHs aprovaram, sendo SF8, PN2, PN3, GD1, GD6, GD7, JQ2, JQ3, DO1, DO2, DO3, DO4, SM1 e MU1).

Proposta 2: CBHs não devem integrar a Força Tarefa (6 CBHs se manifestaram a favor - SF3, PA1, PJ1, GD8, DO5, JQ1, sendo SF3 e DO5 com declaração de voto). O representante do CBH Paraopeba (SF3) sugeriu se constituir uma comissão de acompanhamento como grupo de trabalho para a força tarefa e não participar de maneira executiva da força tarefa.

Houve ainda, uma abstenção (PN1) e 5 comitês ausentes no segundo dia da reunião (SF2, SF4, SF6, GD2 e GD3). Também houve discussão sobre o planejamento da reunião entre os presidentes dos CBHs e o governador do Estado, prevista para o dia 05 de março seguinte, e para a reunião de alinhamento que ocorreria na manhã anterior à reunião, na Cidade Administrativa. Para além, houve intensa reflexão sobre os papéis dos CBHs e dos órgãos de estado.

Encerradas as discussões (passadas aproximadamente 2:30h) foi dado início aos trabalhos em conformidade com a pauta

do evento. Foi solicitada e acatada inversão de pauta e Fabrícia, servidora da Diretoria de desenvolvimento de pessoas da SEMAD apresentou à plenária a metodologia para construção do Programa de Capacitação em Recursos Hídricos a ser realizado pelo IGAM tanto na capacitação de servidores do IGAM, quanto membros dos CBHs e CERH. O objetivo do referido programa é contemplar, não somente servidores do IGAM, mas também membro dos CBHs e CERH em programas estratégico de capacitação, treinamento e desenvolvimento de maneira eficaz e com efeito na atuação para a gestão e será constituído por diversas etapas. Foi explicado como se dará este trabalho no ano de 2015, por meio da definição de prioridades dos CBHs e CERH e definição dos requisitos de competências. Este trabalho se dará por meio da verificação do que é necessário para que se desempenhe melhor o trabalho dos CBHs para identificação das reais necessidades dos membros dos CBHs.

Neste contexto, foram esclarecidas dúvidas e agregadas recomendações de conselheiros. Frente à sugestão da Fabrícia (SEMAD) de realização de um primeiro workshop de 6h com os CBHs na próxima reunião do FMCBH em Uberaba, houve indisposição por parte dos conselheiros e coordenador do FMCBH, considerando que a pauta do próximo FMCBH estaria cheia, não podendo incluir o workshop para seguimento na elaboração do programa de treinamento. Breno (IGAM) esclareceu que na construção deste programa de capacitação para o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, não há condições de o IGAM, SEMAD, HIDROEX irem aos 36 CBHs separadamente e em momentos distintos, mas que há condições de realizar os trabalhos por meio dos presidentes de CBHs e conselheiros através do FMCBH. Será levantada a necessidade de treinamento de cada CBH para que isso componha o programa estadual de treinamento. É insita a reflexão de se pensar, por exemplo, quais CTs existem nos respectivos comitês? Que capacitação necessitam? Entre outros, a fim de definir a necessidade de capacitação dos CBHs. Será criada uma base de necessidades comuns e outra de necessidades regionais para que as capacitações atendam a real necessidade dos demandantes. Diante do exposto, há discussão entre os conselheiros para definição de uma data para realização do workshop proposto pela Fabrícia (SEMAD) e fica definido para tal o dia 8 de abril, em Belo Horizonte.

Por fim, os CBHs levantaram nomes de técnicos da área ambiental a serem convidados para a reunião de alinhamento que acontecerá no dia 05, anteriormente à reunião com o governador, Lilian (IGAM) passa orientações de procedimentos aos conselheiros que necessitariam de custeio do IGAM para a reunião com o governador e tendo em vista o horário avançado, a plenária decidiu por mais uma inversão de pauta, ficando a apresentação do IGAM sobre o Plano Emergencial de Controle de Quantidade e Qualidade de Recursos Hídricos para o período da tarde.

Tarde

Composição da mesa: Hideraldo Buch, Breno Lasmar, Alice Godinho, José Carlos de Carvalho

Buch retoma os trabalhos dando início à parte da tarde da reunião do FMCBH e convida o ex-secretário de meio ambiente José Carlos de Carvalho para compor a mesa e explanar um pouco sobre a questão hídrica no Estado. José Carlos de Carvalho faz alguns agradecimentos e considerações sobre a gestão colegiada e participativa e a questão hídrica no país. Comentou o fato de termos um déficit de implementação na gestão e que ganhou visibilidade com a falta d'água no sudeste, mesmo sendo o nordeste do país vítima de uma falta d'água crônica. Ressaltou que a 300 anos falta água no nordeste, e nunca usamos a falta d'água na região para definirmos como crise hídrica. Incitou a todos a fazerem uma autocrítica, tendo em vista que a crise guarda um estreito paralelismo com a crise do sistema de gerenciamento de recursos hídricos. Destacou que nós não teríamos a necessidade de criar CBHs, Força Tarefa, etc, se o sistema formal estivesse funcionando como está previsto em lei. Destacou a necessidade de se dar importância para as nascentes, para além de se falar de transposição, reservatórios. Criticou o fato de continuarmos tendo uma visão hidrológica da gestão de recursos hídricos, no intuito de se promover a reflexão sobre o assunto. Apontou que a natureza também tem sua trindade santa, coisas que não existem em separado na natureza e devem ser tratadas em conjunto: solo, água e vegetação. Por fim, finalizou sua fala novamente agradecendo a oportunidade e incitando o debate e reflexão sobre a missão dos agentes envolvidos na gestão de recursos hídricos: "Quem tem causa não tem destino".

Robson (IGAM) iniciou a apresentação do escopo e orientações básicas sobre a construção do Plano Emergencial de Controle de Quantidade e Qualidade de Recursos Hídricos e apresentou os técnicos Laura e Alan (IGAM) que estão trabalhando à frente deste projeto. Ambos fizeram a apresentação do escopo do documento e as motivações que incentivaram sua realização.

Ainda sobre o Plano Emergencial de Controle de Quantidade e Qualidade de Recursos Hídricos, Breno (IGAM) esclareceu que trata-se de uma idéia desenvolvida para que a construção do plano emergencial possa ser utilizada no âmbito do comitê, a fim de que ele se referencie tanto para os períodos de estiagem quanto para os períodos de inundação. O plano deverá trazer cenários onde vai se apresentar quais são as medidas que deverão ser apresentadas em cada cenário que se possa atingir. Uma ação para ampliar a comunicação das redes de monitoramento setoriais com a sala de situação de eventos críticos que esta implantada dentro do IGAM. Lembrou, ainda, que é papel do comitê orientar a aplicação e investimento de recurso nas obras dentro da bacia e fez outras considerações e esclarecimentos que se fizeram necessários.

Finalizando a questão, os conselheiros João (CBH JQ1), Malaco (PN3), Wilson Acácio (CBH DO5), Marcelo (CBH PN3), Ricardo (IBIO), Aurélio (PA1), Bruno (CBH PN2), Sílvio (CBH PN2) e Antônio Geraldo (PN3) teceram seus comentários, dúvidas, angústias e considerações sobre o tema e após esclarecimentos dados pelo Diretor de Gestão das Águas e Apoio aos Comitês, Breno, e Robson, técnico do IGAM, foi dada continuidade à reunião, seguindo para o próximo ponto de pauta em que Sônia Carlos e Fernanda Costa apresentaram à plenária o Instituto Terra Brasilis e a Ecoteca Digital, que pode ser muito útil como ferramenta de estudo e trabalho para os Comitês. (<http://www.terrabrasilis.org.br>).

Seguindo para o próximo ponto de pauta, o conselheiro Luís (CBH SF8) fez apontou seus questionamentos e dúvidas sobre a situação do CBH Urucuia no que tange a falta de recursos para estruturação física e operacional de seu comitê, registrando os problemas e carências vividos neste período de falta de recursos, questionando sobre o porque de não se conseguir firmar novo convênio com a SEMAD para recebimento dos recursos do FHIDRO, sendo que não há problemas com a prestação de contas do convênio anterior, e ainda, que todas as documentações foram devidamente encaminhadas para formalização de um novo convênio.

Neste contexto, a servidora Lilian (IGAM) teceu esclarecimentos sobre o caso, evidenciando as questões técnicas e burocráticas do caso, frisando a especificidade do caso do CBH Urucuia, que quando do envio da documentação e durante os trâmites do documento internamente no SISEMA, houve uma mudança na legislação de convênios e as orientações do jurídico foram de que os novos convênios a serem firmados deveriam acatar os novos procedimentos, o que inviabilizou a continuidade dos trâmites. Em paralelo a isto, o CERH aprovou uma nova política pública para apoio aos comitês, que deve ser considerada para se otimizar os trabalhos. Lilian destacou, ainda, que o formato de repasse de recursos do FHIDRO para manutenção física e operacional dos comitês foi apresentado no dia anterior, primeiro dia da reunião do FMCBH.

Ainda sobre a questão de repasse de recursos do FHIDRO, mas não especificamente sobre os repasses para manutenção física e operacional dos comitês, o conselheiro Gustavo (CBH Araguari) destacou sua insatisfação com a secretaria executiva do FHIDRO e morosidade dos repasses, sem entrar em pormenores, tendo em vista que a diretora geral e a gerente da SeFhidro não estariam presentes. Solicitou que o tema seja tratado na próxima reunião, preferencialmente com a presença da gerente da Sefhidro, e/ou servidor da Diretoria de Contratos e Convênios. Em tempo, Breno (IGAM) teceu esclarecimentos e manifestou apoio a fim de se resolver as questões referentes à insatisfação apresentada, e propõe que se houver a oportunidade, a discussão seja trazida na próxima reunião do FMCBH em Uberaba, para se discutir sobre gestão do FHIDRO.

Houve questionamentos por parte da D. Alice (CBH MU1) sobre a minuta de deliberação de Conteúdo Mínimo para os regimentos internos dos comitês, ao passo que esclarecimentos são dados pelo Breno (IGAM). Houve ainda, manifestação e discussão sobre temas diversos, afetos à questão ambiental, termo de permissão de uso de bens e manutenção dos comitês. Em tempo, Emanuelle (JQ2) e Clea (JQX) manifestam insatisfação com indisponibilidade de recursos disponibilizados para as unidades regionais do Sisema, destacando que os representantes do núcleo regional de Montes Claros, por exemplo, diversas vezes não podem se locomover para reuniões por falta de recursos. Manifestam, ainda, o interesse de que os servidores das regionais participem de eventos como o FMCBH para ajudarem a trazer a realidade dos CBHs do norte de Minas Gerais. Breno (IGAM) tece esclarecimento sobre as dúvidas diversas e cessão de equipamentos, bem como esclarecendo que a diretoria dos CBHs mantenha com antecedência contato com os servidores da GECBH destacando as prioridades e necessidades de presença de servidores regionais, para que seja trabalhada a questão logística e de disponibilidade de agenda para viabilizar a participação dos técnicos das regionais nos eventos, frisa a necessidade de comunicação entre CBHs e GECBH para se aperfeiçoar estas questões.

Por fim, foram feitos os encaminhamentos e em atendimento à reclamação de vários conselheiros sobre a não participação efetiva dos conselheiros que se deslocam para o FMCBH, o coordenador do FMCBH realizou uma contagem dos presentes.

Para esclarecimentos de especificidades não abordadas na ata, podem ser solicitadas ao IGAM as gravações da reunião.

ENCAMINHAMENTOS DO FMCBH

Os encaminhamentos tratados durante a reunião foram:

25/02/2015

- discutir sobre o funcionamento e perfil desejado para o Fórum, a intenção, os objetivos a serem considerados no regimento interno.*
- levar à próxima reunião os interlocutores que desenvolveram a carta de princípios.*
- discutir cada uma das situações apresentadas nos modelos de regimento interno, mostrando as vantagens e desvantagens de cada um.*

26/02/2015

- moção para o Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e ao Deputado Iran Barbosa solicitando suspensão temporária da aplicação das resoluções conjuntas SEMAD/IGAM 2249 e SEMAD/IGAM 2257 durante o tempo necessário para rediscussão de seus conteúdos inclusive com a participação dos CBHs.*

PRÓXIMA REUNIÃO

Data: 14 e 15/04/2015 **Horário:** 09h00 às 17h00 **Local:** Uberaba

Pauta: A definir